



CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOUTIM

UNIDADE DE CULTURA, PATRIMÓNIO CULTURAL E TURISMO

CADERNO DE ENCARGOS

AJUSTE DIRETO

FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SOLUÇÕES DE SOMBREAMENTO PARA AS RUAS
DE ALCOUTIM

CLÁUSULA 1.ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos tem como objeto o **Fornecimento e instalação de soluções de sombreamento para as ruas de Alcoutim**, integrado, de acordo com as disposições constantes na Parte II – Especificações Técnicas, do presente caderno de encargos.

CLÁUSULA 2.ª

Preço base

O preço base do presente procedimento é de **€ 9.160,00 (nove mil cento e sessenta euros)**, acrescidos de IVA à taxa legal em vigor, caso o mesmo seja devido, correspondendo ao preço máximo que a entidade Adjudicante se dispõe pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.

CLÁUSULA 3.ª

Contrato

1. O contrato será reduzido a escrito, nos termos do artigo 94º do Código dos Contratos Públicos, republicado pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto e retificado pelas Declarações de Retificação n.º 36 – A/2017, de 30 de outubro e n.º 42/2017 de 30 de novembro, adiante designado por CCP.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno do Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão do contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno do Encargos;
 - c) O presente Caderno do Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados;

4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99º do Código dos contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101º desse mesmo diploma legal.

CLÁUSULA 4.ª

Prazo de Vigência do Contrato

1. O contrato mantém-se em vigor durante **90 (noventa) dias**, a contar da data da assinatura do contrato, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

CLÁUSULA 5.ª

Fases da prestação do serviço

1. Os serviços objeto do contrato compreendem as seguintes fases:
 - a) Entrega e aprovação da proposta das soluções de sombreamento;
 - b) Entrega e montagem do equipamento.

CLÁUSULA 6.ª

Esclarecimentos e retificação das peças do procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças de procedimento devem ser solicitados pelos interessados por escrito, através da plataforma eletrónica de contratação pública ACINGOV acessível através do sítio eletrónico www.acingov.pt, no primeiro terço fixado para a apresentação das propostas.
2. Os esclarecimentos serão prestados por escrito, pelo serviço de Aprovisionamento do Município de Alcoutim, até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. O órgão competente para a decisão de contratar pode proceder à retificação dos erros e omissões das peças do procedimento até ao segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta.

CLÁUSULA 7.ª



Proposta

1. A proposta deve ser submetida na plataforma eletrónica na plataforma eletrónica de contratação pública ACINGOV acessível através do sítio eletrónico www.acingov.pt, com os seguintes elementos:
 - a) Valor global da proposta do serviço identificado no anexo I a este caderno de encargos;
 - b) Referência a aspetos que, do ponto de vista do concorrente, sejam pertinentes e que contribuam para a boa compreensão da proposta relativa ao serviço proposto.
2. A proposta deve ser acompanhada pelos seguintes documentos:
 - a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante dos anexos I do CCP.

CLÁUSULA 8.ª
Critério de adjudicação

A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, nos termos da alínea b), do número 1, do artigo 74.º do CCP.

CLÁUSULA 9.ª
Propostas Variantes

Não são admitidas propostas variantes.

CLÁUSULA 10.ª
Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de Negociação.

CLÁUSULA 11.ª
Condições de Adjudicação

A decisão de adjudicação está condicionada à possibilidade de assunção do respetivo compromisso, conforme a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, na sua redação atual.

CLÁUSULA 12.ª

Obrigações do Adjudicatário

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) Obrigação de executar a prestação de serviços nos termos das cláusulas técnicas do presente Caderno de Encargos;
 - b) Obrigação de informar a Câmara Municipal de Alcoutim sobre o estado dos trabalhos em curso, sempre que lhe seja solicitado;
 - c) Obrigação de assegurar o cumprimento dos prazos da prestação de serviços, em conformidade com o estabelecido no presente Caderno de Encargos;
 - d) Obrigação de manter absoluta confidencialidade sobre quaisquer informações a que tenham acesso durante a execução do serviço a efetuar;
 - e) Obrigação de comunicar à Câmara Municipal de Alcoutim qualquer circunstância que lhe seja alheia e que possa prejudicar o normal cumprimento dos serviços.
3. A título acessório, o adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

CLÁUSULA 13.ª

Transferência da propriedade

- 1. Transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para o Município de Alcoutim, incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar, com a entrega das peças
- 2. Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente Caderno de Encargos.

CLÁUSULA 14.ª

Conformidade e garantia técnica



O adjudicatário fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues ao contraente público em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código do Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

CLÁUSULA 15.ª

Dever de sigilo

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Município de Alcoutim, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

CLÁUSULA 16.ª

Caução

Não é exigida a prestação da Caução, nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

CLÁUSULA 17.ª

Preço contratual

1. Pela prestação do serviço objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Alcoutim deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público.

CLÁUSULA 18.ª

Condições de Pagamento

1. A entidade adjudicante obriga-se a pagar ao adjudicatário o valor constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço a que se refere o ponto 1 da Cláusula 2ª é dividido nos seguintes termos e condições de pagamento:
 - a) Com a entrega e aprovação da Proposta das soluções de sombreamento – 30%;
 - b) Com a entrega e instalação do equipamento – 70%.
3. As quantias devidas pelo Município, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção pelo Município das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
4. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida após a finalização dos trabalhos objeto deste caderno de encargos.
5. Em caso de discordância por parte do Município, quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
6. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de cheque ou transferência bancária para o IBAN disponibilizado pelo fornecedor.

CLÁUSULA 19.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento das datas e prazos de execução dos trabalhos objeto do contrato, ou o não cumprimento das especificações definidas para os mesmos, o Município de Alcoutim pode exigir do prestador de serviços o pagamento, a título de pena pecuniária, de uma multa diária, no montante de 1% do valor da prestação por cada dia de atraso.
2. O valor acumulado das sanções pecuniárias não poderá exceder 20% do preço contratual e quando este limite seja atingido e o Município de Alcoutim decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para

30%, e quando o contrato previr prorrogações expressas ou tácitas, o valor das sanções a aplicar deve ter por referência o preço do seu período de vigência inicial, de acordo com o definido pelo artigo 329.º do CCP.

3. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Alcoutim tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
4. O Município de Alcoutim pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
5. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Alcoutim exija uma indemnização pelos danos decorrentes do incumprimento do prestador de serviços.

CLÁUSULA 20.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Verificados os requisitos previstos no número anterior, podem constituir casos de força maior, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. Quando uma das partes não aceite por escrito que certa ocorrência invocada pela outra constitua força maior, cabe a esta fazer prova dos respetivos pressupostos.
6. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.
7. Sem prejuízo do disposto no número 1 da presente cláusula, caso a impossibilidade de execução do contrato, em resultado de caso de força maior, se prolongue por um período contínuo superior a 3 (três) meses, no caso da entidade adjudicante, ou de um (1) mês no caso do adjudicatário, qualquer das partes pode proceder à respetiva resolução, a exercer através dos meios previstos na alínea c) do artigo 330.º do CCP.

CLÁUSULA 21.ª

Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, nomeadamente os constantes do CCP, o Município de Alcoutim pode resolver o contrato, a título sancionatório, nos seguintes casos:
- a) Atraso na conclusão dos serviços contratualizados superior a dez dias;

- b) Incumprimento das exigências legais ou das características, especificações e requisitos técnicos definidos nos anexos ao presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada;
 - c) Violação, de forma grave ou reiterada de qualquer das obrigações que lhe foram atribuídas no âmbito do contrato e do presente caderno de encargos.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços, com a indicação do fundamento da resolução, e não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, a menos que tal seja determinado pelo contraente público, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

CLÁUSULA 22.ª

Resolução por parte do prestador de serviços

O prestador de serviços pode resolver o contrato nas situações e nos termos previstos no artigo 332.º do CCP.

CLÁUSULA 23.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes é admissível de acordo com o previsto no Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 24.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
3. À data das notificações e comunicações é aplicável o artigo 469.º do CCP.

CLÁUSULA 25.ª
Contagem dos prazos

Salvo diferente menção expressa, os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

CLÁUSULA 26.ª
Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Loulé, com expressa renúncia a qualquer outro.

CLÁUSULA 27.ª
Lei aplicável

Em tudo o omissa no processo que constitui o presente procedimento, observar-se-á o disposto no Decreto-lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, que aprova o CCP, na sua redação atual, e demais legislações subsidiárias.

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. ÂMBITO E OBJETO

Pretende-se o **Fornecimento e instalação de soluções de sombreamento para as ruas de Alcoutim**, de acordo com as disposições constantes na Parte II – Especificações Técnicas, do presente caderno de encargos.

2. LOCALIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO ESPACIAL E SEUS CONDICIONAMENTOS

2.1. Localização

Os serviços para **Fornecimento e instalação de soluções de sombreamento para as ruas de Alcoutim** serão efetuados em *atelier* da empresa e no concelho de Alcoutim, mais especificamente na Rua do Município e Pátio da Casa dos Condes, localizados na vila de Alcoutim, na união de freguesias de Alcoutim e Pereiro, com as coordenadas GPS: 37°28'17.3"N 7°28'17.7"W e GPS: 37°28'16.2"N 7°28'17.2"W, respetivamente.

2.2. Organização espacial

A organização do espaço é livre dentro dos locais descritos anteriormente, devendo sempre ser coordenado em articulação com a Unidade de Cultura, Património Cultural e Turismo da Câmara Municipal de Alcoutim.

2.3. Condicionamentos especiais

Na presente aquisição há que considerar, sem mais encargos para a Câmara Municipal de Alcoutim, os seguintes condicionamentos restritivos ao andamento normal dos trabalhos:

- Cumprimento das normas de segurança na entrada e saída de pessoas e veículos imposta pela Câmara Municipal de Alcoutim nos locais da realização dos trabalhos;

- Respeito pela sua envolvência e cumprimento das normas cívicas e de respeito pela propriedade alheia;
- Dificuldades de acesso aos espaços públicos aquando da instalação dos bens.
- Articulação dos trabalhos a desenvolver com a chefe de Unidade de Cultura, Património Cultural e Turismo da Câmara Municipal de Alcoutim;
- Funcionamento normal dos serviços existentes nos edifícios a utilizar.

3. OBJETIVOS

Pretende o Município de Alcoutim, adquirir o serviço de **Fornecimento e instalação de soluções de sombreamento para as ruas de Alcoutim**, com o seguinte objetivo:

1. Dotar os espaços de condições de utilização, promovendo o bem-estar dos seus usuários;
2. Valorizar o espaço e dotá-lo de identidade própria, realçando o aspeto tradicional do mesmo e as soluções arquitetónicas utilizadas no projeto de valorização e, consequentemente, a reputação de bem receber dos alcoutenejos.

4. ELEMENTOS BASE

Os elementos base a integrar o serviço de **Fornecimento e instalação de soluções de sombreamento para as ruas de Alcoutim** devem incluir pelo menos o seguinte:

Quantidade	Equipamento	Especificações mínimas	Implementação
1	Vela de sombreamento Tencionada	Em lona microperfurada, cor neutra, com 30x4.20 metros	Rua do Município Coordenadas GPS: 37°28'17.3"N 7°28'17.7"W
1	Vela de sombreamento	Vela em polietileno de alta densidade, cor neutra, com 10x7.20 metros	Pátio da Casa dos Condes Coordenadas GPS: 37°28'16.2"N 7°28'17.2"W

5. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DOS ELEMENTOS BASE



- **VELAS DE SOMBREAMENTO TENSIONADAS**



DESCRIÇÃO DO PRODUTO

Baseadas no estilo náutico, as velas tensionadas em forma quadrada ou triangular são fabricadas sob medida e permitem a conjugação de diversas formas e cores. A combinação de velas múltiplas, fabricadas em tela de propileno de alta densidade, podem ser microperfuradas permeáveis ou impermeáveis, sobrepõem-se criando novas formas e adicionando estilo à sua função. As telas são tensionadas através de cabos de aço e esticadores, mas também podem ser fixadas à parede ou a pilares de aço metalizado e lacado com vários acabamentos.

As velas são bastante uteis na criação de zonas de sombreamento em parques infantis, espaços de lazer exterior, como pátios, terraços, plataformas, ruas ou praças, e zonas de recreio.

DADOS TÉCNICOS

Tipo de produto	Vela tencionada microperfurada
Dimensões	Totalmente personalizadas e adaptadas aos espaços: 10x7.20 m
Cor	Cru ou branco
Estrutura	pilares e/ou fixada à parede com recurso a cabos de aço e esticadores
Cobertura	Tela de polietileno de alta densidade impermeável
Forma	Combinação de velas múltiplas

- VELA DE SOMBREAMENTO



DESCRIÇÃO DO PRODUTO

Baseadas no estilo náutico, as velas tensionadas em forma quadrada ou triangular são fabricadas sob medida e permitem a conjugação de diversas formas e cores. A combinação de velas múltiplas, fabricadas em tela de propileno de alta densidade, podem ser microperfuradas permeáveis ou impermeáveis, sobrepõem-se criando novas formas e adicionando estilo à sua função. As telas são tensionadas através de cabos de aço e esticadores, mas também podem ser fixadas à parede ou a pilares de aço metalizado e lacado com vários acabamentos.

As velas são bastante uteis na criação de zonas de sombreamento em parques infantis, espaços de lazer exterior, como pátios, terraços, plataformas, ruas ou praças, e zonas de recreio.

DADOS TÉCNICOS

Tipo de produto	Vela tencionada microperfurada
Dimensões	Totalmente personalizada e adaptada ao espaço: 30x4.20 m
Cor	Branco
Estrutura	Pilares e/ou fixada à parede com recurso a cabos de aço e esticadores
Cobertura	Tela de polietileno de alta densidade microperfurada impermeável

Forma	Combinação de velas múltiplas
-------	-------------------------------

6. CONDIÇÕES GERAIS

6.1. Condições de Entrega

O **Fornecimento e instalação de soluções de sombreamento para as ruas de Alcoutim** a executar segundo as melhores regras técnicas, sejam entregues completos e prontos a serem utilizados.

6.2. Trabalhos e tarefas

Neste subcapítulo enumeram-se os equipamentos e trabalhos objeto da prestação de serviços para **Fornecimento e instalação de soluções de sombreamento para as ruas de Alcoutim**.

A proposta deve incluir todos os trabalhos implícitos ou explícitos para que o equipamento seja entregue completo e pronto a utilizar. Os trabalhos e fornecimentos não explícitos são considerados complementos cujos custos devem ser refletidos nos preços unitários das rubricas explícitas. O adjudicatário poderá aceder aos locais, em dia e hora agendada, para preparar a proposta, já que não se aceitam, *a posteriori*, quaisquer trabalhos a mais.

6.2.1. Prestações de serviço

1. As prestações de serviço são principalmente as seguintes:
 - a) Entrega e aprovação da proposta das soluções de sombreamento;
 - b) Entrega e montagem do equipamento.
2. No âmbito da prestação do serviço as propostas deverão apresentar:
 - a) Preço total, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
 - b) Referência a aspetos que, do ponto de vista do concorrente, sejam pertinentes e que contribuam para a boa compreensão da proposta relativa aos serviços do fornecimento proposto;
3. A proposta deve ser acompanhada pelos seguintes documentos:
 - a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante dos anexos I do CCP.

6.3. Produção

No âmbito da aquisição de serviços para **Fornecimento e instalação de soluções de sombreamento para as ruas de Alcoutim** as propostas deverão apresentar:

1. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos em conformidade com o modelo constante do Anexo I do CCP;
2. Documentos que, em função do objeto do contrato a celebrar e dos aspetos da sua execução submetidos à concorrência pelo caderno de encargos, contenham os atributos da proposta, de acordo com os quais o concorrente se dispõe a contratar (com indicação do preço global);
3. Certidão atualizada do registo comercial;
4. Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, quando esse preço resulte direta ou indiretamente, das peças do procedimento;
5. Quaisquer outros documentos que considerem indispensáveis para o esclarecimento dos atributos da sua proposta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP.

A concretização da aquisição de serviços implica:

1. A realização de visitas técnicas da equipa de trabalho e reuniões com a Unidade de Cultura, Património Cultural e Turismo do Município de Alcoutim;
2. O levantamento e a contratualização das necessidades técnicas dos conteúdos.

6.3.2. Trabalhos não incluídos

Só não se considerarão incluídos na aquisição de serviços para **Fornecimento e instalação de soluções de sombreamento para as ruas de Alcoutim**, os trabalhos que sejam explicitamente excluídos em qualquer documento do contrato.

6.3.3. Exclusões e restrições

O adjudicatário está obrigado ao cumprimento integral das normas e condições impostas explicitamente no Caderno de Encargos e, bem assim, a todas aquelas outras que, implicitamente, sejam consideradas complementos correntes e necessários para a execução da aquisição de serviços em perfeitas condições técnicas.

6.4. Garantias especiais exigidas



Após conclusão de todos os trabalhos inerentes à aquisição de serviços **Fornecimento e instalação de soluções de sombreamento para as ruas de Alcoutim**, inicia-se o prazo de garantia, durante o qual o adjudicatário está obrigado a corrigir todos os defeitos do material.

7. COMENTÁRIO FINAL

Em tudo o omissa no presente Caderno de Encargos – Anexo I, devem ser observadas as normas, regulamentos, regras da área de negócio, indicações dos fabricantes, indicações do distribuidor e do requerente.

PLANTAS DE LOCALIZAÇÃO

RUA DO MUNICÍPIO



PÁTIO DA CASA DOS CONDES

